

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA E**  
2 **GRUPO DE TRABALHO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL (GTAI) DO COMITÊ DE**  
3 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**  
4 **NO DIA CATORZE DE MAIO DE 2014, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE – RJ.** Aos catorze dias  
5 do mês de maio de dois mil e catorze, instalou-se a 1ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Consultiva  
6 (CTC) do CEIVAP, em Resende/RJ, com a **presença dos seguintes membros da CTC:** Minas Gerais –  
7 Wanderlene Nacif (IGAM), Juliana Aquino (Prefeitura de Muriaé), Paulo Afonso Valverde Jr. (CESAMA),  
8 Deivid Oliveira (FIEMG), Claudio Amaral (Agro-Indústria das Gerais), João Emídio Lima da Silva (IAVARP),  
9 Matheus Machado Cremonese (PREA); Rio de Janeiro – Leonardo Fernandes (INEA), Antônio Carlos Simões  
10 (CSN), Eduardo Schlaepfer Dantas (CEDAE), Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida), Roberto  
11 Machado (Instituto Rio Carioca); São Paulo – Zeila Piotto (CIESP Taubaté), Renato Veneziani (SABESP), Luiz  
12 Roberto Barreti (ABES/SP); **dos seguintes membros do GTAI:** Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale!  
13 Nossa Vida), Renato Veneziani (SABESP), Matheus Machado Cremonese (PREA), Gunther Danquimaia  
14 (Comitê Médio Paraíba), Osman Fernandes (ANA), André Marques (AGEVAP); **dos seguintes convidados:**  
15 Fernando Albuquerque (Cohidro), José Augusto Castro (Cohidro), Marcelo Teixeira (Cohidro), Catherine  
16 Hallot (Cohidro), Marilda Cruz Lima da Silva (IAVARP), Aline Sousa (AGEVAP), Raíssa Galdino  
17 (AGEVAP); **e justificadas as seguintes ausências:** Virgílio Furtado (AMPAR), Humberto Dias (Prefeitura de  
18 Barra do Pirai), Teresa Paiva (EEL/USP); **para tratar da seguinte pauta: 1** – Análise dos Relatórios referentes  
19 à revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul – Diagnóstico das Fontes de Poluição –  
20 Atividade 605 – RP04. Conferido o quórum, o Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, Sr.  
21 Paulo Afonso Valverde Júnior, abriu a 1ª Reunião Extraordinária da CTC de 2014, agradecendo a presença de  
22 todos e passando para a discussão da ordem do dia. **ITEM 1: Análise dos Relatórios referentes à revisão do**  
23 **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul – Diagnóstico das Fontes de Poluição –**  
24 **Atividade 605 – RP04** – O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) iniciou a discussão falando que o RP04 foi  
25 reprovado em análise anterior da Câmara Técnica, e posteriormente foi atualizado pela COHIDRO com a  
26 inclusão de sugestões e contribuições feitas. Posterior a isso, passou por análise do Grupo de Trabalho do Plano,  
27 e as devidas alterações, correções e proposições feitas pelo GT foram inseridas, e a versão apresentada na  
28 presente reunião é a versão final do RP04. Destacou que o RP atualizado foi disponibilizado no site com a  
29 devida antecedência para análise dos membros da CTC e do GTAI. Dando continuidade, a Sra. Catherine Hallot  
30 (Cohidro) iniciou uma breve apresentação referente ao RP04. Explicou como foi feita a consolidação de cada  
31 item do relatório, tais quais; levantamento de dados, fontes de poluição, saneamento, efluentes industriais,  
32 mineração, áreas agrícolas e irrigação, Resolução ANA nº 326 de 2012, histórico de acidentes, e as  
33 considerações finais com as devidas recomendações. Sobre a parte de esgotamento sanitário, o Sr. Marcelo  
34 Teixeira (Cohidro) explicou como a planilha de esgotamento sanitário foi consolidada, destacando que as  
35 informações nela presentes foram baseadas nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
36 Básico (SNIS) e Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSD – IBGE). Passadas as apresentações, foi  
37 aberta a palavra para os membros da CTC. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) falou que o relatório evoluiu  
38 comparado a versão inicial, porém, ainda há questões importantes que precisam ser alinhadas. Sobre a parte do  
39 setor produtivo, a tabela referente a contribuição por hectare plantado, está inadequado no sentido de colocar  
40 potencial do que é irrigado ou não, quando essa classificação não pode ser feita. Deve ser colocada carga difusa  
41 devido à área plantada e carga difusa devido à área irrigada. Em relação à legislação, deve-se acrescentar a  
42 Resolução nº 430/2011 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que complementa a nº 357/2005. Sobre a  
43 parte de esgotamento sanitário, página 36 do RP, comentou que estranhou ter uma tabela mostrando lançamento  
44 sem tratamento, quando em seu entendimento, todo lançamento, se ele requer tratamento, só é autorizado o  
45 lançamento com o tratamento. Disse que não consegue compreender a coluna referente a essa questão na tabela,  
46 que apresenta vazões muito grandes para se ter efluentes não tratados. Sugeriu olhar com detalhe no Cadastro  
47 Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNAHR). Sobre os dados de cargas e contribuições, assunto  
48 discutido no GT Plano um dia anterior a presente reunião, comentou que a AGEVAP, como Agência de Bacia  
49 de Comitês de rios de domínio estadual, talvez tenha os dados do Estado do Rio de Janeiro. Do Estado de Minas  
50 Gerais é provável que não tenha, mas é necessário confirmar, e de São Paulo, a CETESB possui os dados de  
51 domínio do Estado de São Paulo. Sobre o cadastro de Minas Gerais, o Sr. André Marques (AGEVAP) informou  
52 que a AGEVAP possui um cadastro, que não foi entregue oficialmente, mas que será disponibilizado para o RP.  
53 Sobre os dados do Rio de Janeiro, o que a AGEVAP tem acesso é a nível público, o ideal é conversar com os  
54 órgãos responsáveis do Estado do Rio de Janeiro. Em relação a São Paulo, a sugestão é pedir ajuda ao Sr. Luiz  
55 Roberto Barreti (ABES/SP) e ao Sr. Renato Veneziani (SABESP), uma vez que se sabe que em relatórios de  
56 órgão responsáveis contém toda a informação, mas estas não são cedidas. O Sr. Osman Fernandes (ANA) disse  
57 que tem mais dúvidas do que críticas. Apontou, na página 13, que a faixa de carga de DBO produzida é de 45 a  
58 60 g/habitante.dia, e foi adotado para esse estudo o 54. Questionou se esse valor utilizado está razoável, em  
59 função da fragilidade da Bacia. O Sr. André Marques (AGEVAP) informou que todos os projetos de engenharia  
60 são feitos com o 54. O Sr. Osman Fernandes (ANA) comentou, sobre a página 28, em relação às perdas físicas,  
61 que esperava perdas com valor menor, e o que o surpreendeu não foi São Paulo estar com 35%, mas os demais  
62 Estados estarem abaixo desse valor, exceto o Guandu com 38%. Expôs sua preocupação em relação aos valores  
63 muito baixos, levando em consideração a realidade dos municípios. Comentou também de quando esses valores

64 forem convertidos para consumo per capita, parece uma inconsistência. Ressaltou que pode estar com a  
65 impressão errada. O Sr. Marcelo Teixeira (Cohidro) disse que os gráficos apresentados podem responder os  
66 questionamentos feitos pelo Sr. Osman Fernandes (ANA), pois tem como base o SNIS. O Sr. André Marques  
67 (AGEVAP) pontuou dizendo que os números apresentados são auto declaratórios, uma vez que o conceito de  
68 perdas é muito amplo. Tem municípios que não sabem nem medir, então você se baseia no SNIS. O Sr. Marcelo  
69 Teixeira (Cohidro) comentou que os sistemas de informações do setor de saneamento apresentam dados  
70 divergentes para as mesmas consultas, algumas vezes é usado o bom senso para adotar o melhor número para se  
71 trabalhar. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) falou sobre a questão da dificuldade, que às vezes, a Cohidro  
72 enfrenta para obter números e informações eficientes. Uma proposta interessante seria a AGEVAP e o CEIVAP  
73 se aproximarem mais do CNARH e do SNIS, a fim de aprimorar a informação que eles oferecem. A idéia é  
74 trazer uma dinâmica para a Bacia, promover oficina, capacitar usuário, prefeitura. O Sr. Luiz Roberto Barreti  
75 (ABES/SP) colocou o fato de que seria viável fazer uma crítica no RP, mencionar a dificuldade de utilizar a  
76 informação do SNIS. O Sr. Osman Fernandes (ANA) deu andamento aos seus comentários, destacando que, na  
77 página 47, chamou sua atenção a quantidade de concessionárias privadas por bacia hidrográfica. Questionou se  
78 é o número é quantitativo ou em relação à população atendida. O Sr. Marcelo Teixeira (Cohidro) explicou que é  
79 quantitativo, por bacia hidrográfica, de acordo com os municípios nela inseridos. O Sr. Osman Fernandes  
80 (ANA), sobre a drenagem urbana, na página 67, falou que tinha impressão que a quantidade de separação entre  
81 a rede de drenagem urbana e a rede de esgoto fosse bem maior. O Sr. Marcelo Teixeira (Cohidro) explicou que  
82 hoje, a regra de engenharia manda que o sistema seja separador, só que isso não acontece. O que foi reportado  
83 no Relatório foram os dados das fontes oficiais. O Sr. Osman Fernandes (ANA) comentou que os seus  
84 questionamentos são feitos sempre pensando no problema que isso vai disseminar em determinado momento.  
85 Como exemplo, o caso da drenagem, ninguém quer mexer nessas redes, mas todos sabem que com a chuva e a  
86 falta de manutenção, a tendência é ter mais enchentes nas cidades. Uma proposta a se pensar é se esse modelo  
87 deve ser mantido. O Sr. André Marques (AGEVAP) destacou que o problema é a drenagem urbana, onde o  
88 sistema não tem viabilidade. O Sr. Osman Fernandes (ANA) comentou sobre a página 116 do RP, onde consta a  
89 estimativa de nitrogênio e fósforo. Relatou que com exceção do CBH COMPÉ, o que existe em comum é a  
90 violação do fósforo. As barras azuis deveriam estar abaixo da linha marrom, uma vez que esse poluente está  
91 determinando a eutrofização dos corpos d'água e violando o que está previsto na Resolução do CONAMA.  
92 Sugeriu chamar atenção para o fato de que apesar dos esforços em relação ao saneamento, o tratamento  
93 secundário não vai ser suficiente para resolver o problema na Bacia, mostrar estratégias de como enfrentar esse  
94 problema a partir do diagnóstico. Destacou que na Bacia do Paraíba do Sul cada vez mais se avoluma  
95 problemas, e para isso a necessidade crescente de mais conhecimentos, acesso a informações acerca dos  
96 assuntos pertinentes à ela, para chegar a soluções mais efetivas. Será necessário mostrar onde estão os pontos de  
97 captação de água e lançamento de efluentes, porque no prognóstico será necessário determinar quais trechos de  
98 rios potencialmente são críticos, porque existe uma rede de monitoramento que é eficiente, mas precisa ser  
99 melhorada. Uma das formas para sugerir a esses órgãos de monitoramento é mostrar onde estão sendo violados  
100 os padrões de qualidade do rio. A formação do banco de dados para gerar a informação é crucial para a gestão.  
101 Concluiu sua fala dizendo que o relatório avançou do ponto de vista técnico, mas não sob o ponto de vista de  
102 criticar as fragilidades, o que é importante para debate e busca de soluções. O Plano de Bacia anterior foi  
103 consolidado há 10 anos, seria interessante fazer uma comparação de como era o sistema e como está hoje, em  
104 relação aos Comitês e Órgãos Gestores. O Sr. Antônio Carlos Simões (CSN) comentou que tem dúvidas se as  
105 informações declaradas pelos usuários são migradas para o CNARH, porque quando observado os números,  
106 percebe-se uma divergência. Apresentar a outorga com o valor real, verificar se as ferramentas utilizadas estão  
107 conversando entre si. Sobre a página 46, disse que cabe deixar claro se a ideia foi mostrar que o nitrogênio e  
108 fósforo estavam acima do limite. Sobre a página 73, ressaltou que é necessário rever o valor da CSN que não  
109 coincide com o valor declarado. O Sr. Gunther Danquimaia (Comitê Médio Paraíba) falou que a respeito das  
110 fontes de poluição, que há fontes que não estão sendo evidenciadas. E sobre o histórico de acidentes, disse que  
111 estão faltando registros de acidentes, lembrando como exemplo uma contaminação que ocorreu no ano de 2013  
112 que não consta no RP. A Sra. Catherine Hallot (Cohidro) informou que não restringiu uma data, colocou os  
113 destaques da mídia, e o que teve mais informações. O Sr. Gunther Danquimaia (Comitê Médio Paraíba) sugeriu  
114 uma metodologia para estabelecer o período (do ano x ao ano y) para apurar as notícias dos acidentes, e em  
115 tempo falou que possui fontes e alguns registros de acidentes acontecidos na Bacia. O Sr. Paulo Valverde  
116 (CESAMA) solicitou ao Sr. Gunther Danquimaia (Comitê Médio Paraíba) que disponibilize as fontes e  
117 materiais para consulta da Cohidro. A Sra. Wanderlene Nacif (IGAM) expôs sua opinião falando que esperava  
118 um pouco mais de detalhamento no RP, que ele foi mais abrangente que esperava. Sobre as fontes de consulta,  
119 indicou o Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM). O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) parabenizou a  
120 Cohidro, visto que o Relatório evoluiu muito, mas algumas questões ainda deixam dúvida. Disse que algumas  
121 tabelas não possuem fonte, e algumas não têm a unidade de medida descrita nos gráficos, e em sua opinião, o  
122 texto das figuras está confuso, usou como exemplo a página 76. Sobre a questão conceitual, páginas 26, 27 e 28,  
123 consumo per capita e perdas físicas, comentou que em seu ponto de vista, estão sendo comparados quesitos  
124 diferentes e utilizando a mesma nomenclatura. A vazão captada bruta não equivale ao per capita. O Sr. Marcelo  
125 Teixeira (Cohidro) informou que conceito de vazão captada e vazão consumida são diferentes, e isso está  
126 descrito no texto. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) sugeriu colocar menção sobre as fontes das tabelas. O Sr.

127 Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) parabenizou a COHIDRO pela evolução do trabalho, usando como  
128 parâmetro de comparação o antigo Plano de Bacia, esse evoluiu muito. Notou que foi inserida a questão da  
129 poluição difusa. O Sr. Leonardo Fernandes (INEA) disse que, em sua opinião, o relatório está interessante, e só  
130 precisa de uma complementação das informações. Reforçou a fala do Sr. Osman Fernandes (ANA), no sentido  
131 de regionalizar as informações, formatar por unidade de análise. Sobre as recomendações, citou que as mesmas  
132 foram contundentes, mas poderiam estar mais detalhadas. Em tempo, parabenizou a Cohidro pela evolução do  
133 trabalho, e sugeriu aprovar o relatório com a inclusão das contribuições feitas pelos membros na presente  
134 reunião e posterior conferência da AGEVAP. O Sr. André Marques (AGEVAP) se comprometeu a dar o retorno  
135 a CTC sobre a inclusão das contribuições feitas na presente reunião. Ressaltou que o GT Plano foi criado  
136 principalmente para analisar previamente os relatórios elaborados pela Cohidro para que os mesmos sejam  
137 encaminhados para a CTC já revisados. **ENCAMINHAMENTO** – *O RP04 - Diagnóstico das Fontes de*  
138 *Poluição foi aprovado no âmbito da Câmara Técnica, com sugestão de inclusões, que depois de concluídas*  
139 *pela Cohidro, serão posteriormente conferidas pela AGEVAP.* O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) informou que  
140 o RP06 – Relatório de Diagnóstico foi apresentado para o GT Plano no dia anterior a presente data, e será  
141 disponibilizado para análise, e o prazo para contribuições dos membros do GT está aberto até o próximo dia 23  
142 de maio. Posterior a isso ela será encaminhado para análise da CTC. Não havendo mais nada a tratar, o  
143 Coordenador deu por encerrada a 1ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP,  
144 agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada por mim, Raíssa Galdino, Secretária *ad hoc*, e,  
145 depois de aprovada, foi assinada pelo Coordenador da CTC, Sr. Paulo Afonso Valverde Júnior, que presidiu a  
146 reunião.

147  
148  
149 Resende, 14 de maio de 2014.

150  
151  
152 Paulo Afonso Valverde Júnior  
153 **Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP**